



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA JOÃO PAULO II AOS MEMBROS DO CORPO DIPLOMÁTICO ACREDITADO JUNTO DA SANTA SÉ

12 de Janeiro de 1979

Excelência

Senhoras e Senhores O vosso Decano acaba de interpretar os vossos sentimentos e votos, no limiar do novo ano, duma maneira que me tocou profundamente. Agradeço-lhe, e agradeço-vos a todos, tal testemunho reconfortante. Estai certos, em retribuição, dos meus anelos ardentes dirigidos a cada um dentre vós, a todos os Membros das vossas Embaixadas, às vossas famílias e aos Países que representais. É diante de Deus que formulo tais votos, pedindo-lhe que ilumine o vosso caminho, e vos dê, dia após dia, a coragem e as alegrias que vos são necessárias para o desempenho dos vossos deveres. Peço-lhe que vos abençoe, isto é, que vos encha dos seus bens. É normal, nesta circunstância solene — que reúne à volta do Papa todas as Missões diplomáticas acreditadas junto da Santa Sé — acrescentar a esses votos cordiais algumas considerações sobre a vossa nobre função e sobre o enquadramento em que ela se inscreve: a Igreja e o mundo.¹ Começarei por olhar convosco para o passado mais recente, reafirmando a gratidão da Sé Apostólica pelas numerosas Delegações que honraram o funeral do Papa Paulo VI e do Papa João Paulo I, de santa memória, assim como as cerimónias inaugurais do pontificado do meu predecessor e do meu. Procuremos captar-lhes o significado: tal participação nos acontecimentos mais importantes — da vida da Igreja, tomada pelos representantes daqueles que têm na mão as responsabilidades políticas, não é porventura um meio de sublinhar a presença da Igreja dentro do mundo contemporâneo? E, em especial, de reconhecer a importância da sua missão — particularmente da missão da Sé Apostólica — que, sendo estritamente religiosa, se inscreve também no quadro dos princípios da moral que lhe estão ligados indissolavelmente? Reconduz-nos isto à ordem a que tanto aspira o mundo contemporâneo, ordem baseada na justiça e na paz; a Igreja, seguindo a inspiração do Concílio Vaticano II e conformando-se com a tradição constante da doutrina cristã, esforça-se por contribuir para ela com os meios que lhe são acessíveis.² Naturalmente, estes meios são «meios pobres» que o próprio Cristo nos ensinou e pôs em prática, e são próprios da missão evangélica da Igreja. Contudo, nesta época de enorme progresso dos «meios ricos» — de que dispõem as actuais estruturas políticas, económicas e civis — esses meios próprios da Igreja conservam todo o seu sentido, mantêm a sua finalidade e adquirem até, novo brilho. Os «meios pobres» estão intimamente ligados ao primado do espiritual. São sinais certos da presença do Espírito na história da humanidade. Muitos dos nossos contemporâneos

parecem manifestar compreensão especial por esta escala de valores: basta evocar, para falar apenas de não católicos, o Mahatma Gandhi, o Senhor Dag Hammarskjöld e o pastor Martin Luther King. Cristo continua a ser sempre a expressão mais alta dessa pobreza de meios em que se revela o primado do Espírito: a plenitude da espiritualidade de que o homem é capaz com a graça: de Deus e à qual é chamado.³ Seja-me permitido apreciar, nesta perspectiva, todos os actos de benevolência manifestados no princípio do meu pontificado, como também este encontro de hoje. Sim, consideremos este facto da presença, junto da Sé Apostólica, dos representantes de tantos Estados — tão diversos pelo seu perfil histórico, o seu modo de organização e o seu carácter confessional —, dos que representam povos da Europa ou da Ásia, conhecidos desde a antiguidade, ou Estados mais jovens, como a maioria dos da América cuja história não ultrapassa alguns séculos, e por fim os Estados mais recentes, nascidos no decorrer deste século: tal presença corresponde em profundidade a esta visão que o Senhor Jesus um dia nos revelou, ao falar de «todas as nações» do mundo, no momento de confiar aos Apóstolos o mandato de levar a Boa Nova ao mundo inteiro (Cfr. *Mt.* 28, 10 e *Mc.* 16, 15). Corresponde também às esplêndidas análises feitas pelo Concílio Vaticano II (Cfr. Constituição dogmática *Lumen Gentium*, cap. II, nn. 13-17; Constituição pastoral *Gaudium et Spes*, nn. 2, 41, 89, etc).⁴ Tomando contacto — entre outros por meio das representações diplomáticas — com tantos Estados de caracteres tão diversos, a Sé Apostólica deseja antes de tudo exprimir a sua profunda estima por cada nação e cada povo, pela sua tradição, a sua cultura e o seu progresso em todos os campos, como já o disse nas cartas dirigidas aos Chefes de Estado na altura da minha eleição para a Sé de Pedro. O Estado, como expressão da auto-determinação soberana dos povos e das nações, constitui realização normal da ordem social. Nisto é que está a sua autoridade moral. Filho dum povo de cultura milenária, que esteve privado, durante um tempo considerável, da sua independência como Estado, sei por experiência o alto significado deste princípio. A Sé Apostólica acolhe com alegria todos os representantes diplomáticos, não só como porta-vozes dos seus próprios Governos, regimes e estruturas políticas, mas também e sobretudo como representantes dos povos e das nações que, por meio das estruturas políticas, manifestam a própria soberania, a própria independência política e a possibilidade de decidir sobre o próprio destino de maneira autónoma. E fá-lo sem qualquer preconceito quanto à importância numérica da população: aqui não é o factor numérico que decide. ⁵ A Sé Apostólica alegra-se com a presença de tão numerosos representantes; gostaria mesmo de ver muitos outros, especialmente das nações e populações que tinham por vezes neste particular uma tradição de séculos. Penso sobretudo nas nações que se podem considerar como católicas. Mas também noutras. Porque, actualmente, ao mesmo tempo que se desenvolve o ecumenismo entre a Igreja católica e as outras Igrejas cristãs, ao mesmo tempo que se procuram estabelecer contactos com todos os homens apelando para a boa vontade, alarga-se simultaneamente este círculo como o testemunha a presença aqui, de numerosos representantes de países não católicos, e este círculo encontra continuamente motivo de estender-se na consciência que a Igreja tem da sua missão, como tão bem o exprimi o meu venerável predecessor Paulo VI na sua Encíclica «*Ecclesiam Suam*». De toda a parte — notei-o especialmente nas Mensagens provenientes dos países de Leste — chegaram votos para que o novo pontificado possa servir a paz e a aproximação das nações. A Sé Apostólica quer constituir, em conformidade com a missão da Igreja, o centro desta aproximação fraternal. Deseja servir a causa da paz, não através duma actividade política, mas servindo os valores e os princípios que tornam possível a paz e a aproximação, e se encontram na base do bem comum internacional.⁶ Há, com efeito, um bem comum da humanidade, com graves interesses em jogo, os quais requerem a acção combinada dos governos e de todos os homens de boa vontade: os direitos humanos para garantir, os problemas da alimentação, da saúde e da cultura, a cooperação económica internacional, a redução dos armamentos, a eliminação do racismo ... O bem comum da humanidade! Uma «utopia», que o pensamento cristão tem em vista sem se cansar. Consiste na busca incessante de soluções justas e humanas, tendo em conta ao mesmo tempo o bem das pessoas e o bem dos Estados, os direitos de

cada um e os direitos dos outros, interesses particulares e necessidades gerais. É bem comum que se inspirem não só o ensino social da Igreja, mas também as iniciativas que lhe são possíveis, dentro do campo que lhe é próprio. É o caso, muito actual, do Líbano. Num país perturbado pelos ódios e destruições, com vítimas inúmeras, que possibilidade fica de reatar ainda relações de vida comum — entre cristãos de diversas tendências e muçulmanos, entre libaneses e palestinos — senão num esforço leal e generoso que respeite a identidade e as exigências vitais de todos, sem vexame para um ou outro? E se olharmos para o conjunto do Médio Oriente, enquanto alguns homens de Estado procuram com tenacidade chegar a um acordo e outros hesitam em tomar compromissos, quem não vê que o problema fundamental é tanto como a segurança militar ou territorial, uma confiança recíproca efectiva, sendo esta a única coisa que pode prestar ajuda para se harmonizarem de maneira realista as vantagens e os sacrifícios? Não é diferente o caso da Irlanda do Norte: os Bispos, e os responsáveis por confissões não católicas, há anos que exortam a que se vença o vírus da violência, manifestado sob a forma de terrorismo ou represálias; convidam a que se repudie o ódio, se respeitem concretamente os direitos humanos e se empreenda um esforço de compreensão e de encontro. Não há nisso um bem comum, onde a justiça e o realismo se encontram? A diplomacia e as negociações são também para a Santa Sé um meio qualificado de mostrar confiança nos recursos morais dos povos. Foi neste espírito que, correspondendo ao apelo da Argentina e do Chile, me empenhei em enviar a esses países o Cardeal Samoré, a fim de que, como diplomata de grande experiência, se torne advogado de soluções aceitáveis para os dois povos que são cristãos e vizinhos. Tenho a satisfação de verificar que esta obra paciente já conseguiu um primeiro resultado positivo e precioso. O meu pensamento e a minha oração voltam-se também para tantos outros problemas que agitam gravemente a vida do mundo nestes dias em especial, e produzem de novo tantas mortes, destruições e rancores, em países que poucos católicos contam mas que não deixam de ser igualmente queridos à Sé Apostólica: seguimos os dramáticos acontecimentos do Irão e estamos muito atentos às notícias que nos chegam a respeito do país *khmer* e todas as populações desse Sudeste asiático já tão provadas.⁷ Bem vemos que a humanidade está dividida de muitos modos. Trata-se também, e talvez acima de tudo, de divisões ideológicas dependentes dos diversos sistemas estatais. A busca de soluções, que permitam às sociedades humanas cumprir as suas missões próprias e viver na justiça, é talvez o sinal mais importante do nosso tempo. É preciso respeitar tudo quanto possa servir esta grande causa, em qualquer regime que seja. É preciso uns tirarem proveito das experiências dos outros. Por outro lado, não se deveria transformar esta busca multiforme de soluções num programa de luta para garantir o poder sobre o mundo, qualquer que seja o imperialismo que esconda tal luta. É somente nesta linha que podemos evitar a ameaça das armas modernas, em particular do armamento nuclear, que tanto continua a preocupar o mundo moderno. A Sé Apostólica, que já disso deu provas, está sempre pronta a manifestar a sua abertura a qualquer país ou regime, procurando o bem essencial que é o verdadeiro bem do homem. Bom número de exigências relacionadas com este bem foram expressas na «Declaração dos Direitos do Homem» e nos Pactos internacionais que permitem a aplicação prática deles. Neste particular, muito se pode louvar a Organização das Nações Unidas como plataforma política, sobre a qual a busca da paz e da acalmia recíproca encontram base, apoio e garantia.⁸ A missão da Igreja é, por sua natureza, religiosa, e por conseguinte o terreno de encontro da Igreja ou da Santa Sé com a vida multiforme e diferenciada das comunidades políticas do mundo contemporâneo, é caracterizada de maneira especial pelo princípio, universalmente reconhecido, da liberdade religiosa e da liberdade de consciência. Este princípio não entra unicamente na lista dos direitos do homem, admitidos por todos; ocupa nela um lugar-chave. Trata-se, de facto, do respeito dum direito fundamental, em que o homem talvez se exprima com a maior profundidade, como homem. O Concílio Vaticano II elaborou a declaração sobre a liberdade religiosa; compreende tanto a motivação deste direito como as principais aplicações práticas, por outras palavras, o conjunto de dados que asseguram a aplicação real do princípio da liberdade religiosa, na vida social e pública. Respeitando os

direitos análogos de todas as outras comunidades religiosas no mundo, a Sé Apostólica sente-se movida a empreender diligências neste campo em favor de todas as Igrejas, a ela ligadas numa comunhão plena. Procura fazê-lo sempre em união com os Episcopados respectivos, com o clero e as comunidades dos fiéis. Estas iniciativas dão, a maior parte das vezes, resultados satisfatórios. Mas é difícil deixar de mencionar certas Igrejas locais e certos ritos, cuja situação, no concernente à liberdade religiosa, muito deixa a desejar, se é que não é mesmo de todo deplorável. Há mesmo brados pungentes que pedem socorro; a Santa Sé não pode deixar de os ouvir. E por conseguinte deve-os apresentar, com toda a clareza, à consciência dos Estados, dos regimes e de toda a humanidade. Trata-se de simples dever que se identifica com as aspirações à paz e à justiça no mundo. Foi neste sentido que a delegação da Santa Sé teve de elevar a voz na reunião de Belgrado em Outubro de 1977 (Cfr. *L'Osservatore Romano*, ed. quot., 8.10.1977, pág. 2). referindo-se às declarações aprovadas quando da Conferência de Helsínquia sobre a segurança na Europa, em particular sobre o tema da liberdade religiosa. Por outro lado, a Santa Sé está sempre pronta a atender às transformações das realidades e das mentalidades que surgem nos vários Estados; e está pronta, por exemplo, a rever os Pactos solenes que foram concluídos noutras épocas, noutras circunstâncias. 9. Muito em breve, vou dirigir-me a Puebla para me encontrar com todos os Episcopados latino-americanos, e inaugurar com eles uma reunião muito importante. É parte da minha missão de Bispo de Roma e de Chefe do Colégio dos Bispos. Desejo expressar publicamente a minha alegria pela compreensão e atitude benévola das Autoridades mexicanas, no que diz respeito a esta viagem. O Papa espera poder igualmente desempenhar uma missão assim, noutras nações; tanto mais que já lhe foram apresentados muitos convites semelhantes. Uma vez mais renovo os meus votos cordiais de paz, de progresso para o mundo inteiro, desse progresso que plenamente corresponde à vontade do Criador: Submetei a terra e dominai-a (*Gén.* 1, 28). Deve este mandamento estender-se ao senhorio moral e não apenas à dominação económica. Sim, eu desejo à humanidade toda a espécie de bens, para que todos vivam na verdadeira liberdade, na verdade, na justiça e no amor. © Copyright 1979 - Libreria Editrice Vaticana